

# SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,  
produção do conhecimento e  
cotidiano dos serviços

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)



# SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,  
produção do conhecimento e  
cotidiano dos serviços

**Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)**



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

# Serviço Social na América Latina: reflexões sobre formação profissional, produção do conhecimento e cotidiano dos serviços

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Bruno Oliveira  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço Social na América Latina: reflexões sobre formação profissional, produção do conhecimento e cotidiano dos serviços / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-644-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.444212710>

1. Serviço Social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A coletânea de textos *Serviço Social na América Latina: Reflexões sobre a formação profissional, produção do conhecimento e cotidiano dos serviços* reúne artigos heterogêneos de distintas regiões do Brasil. São doze artigos frutos de pesquisas, revisão de literatura, relatos de experiências e ensaios teóricos.

O primeiro artigo é fruto da tese de doutoramento em Serviço Social e apresenta as conclusões obtidas nesse processo acerca da política de saúde brasileira no contexto da contrarreforma do Estado, trazendo importantes contribuições para a análise do real e seus rebatimentos nos espaços sócio-ocupacionais na contemporaneidade. O segundo texto, é produto das reflexões da equipe de Serviço Social em um serviço de emergência no contexto da pandemia de Covid-19, seus desafios e enfrentamentos nessa conjuntura.

O artigo seguinte consiste em ensaio teórico acerca das bases que fundamentam a proposta do Desenvolvimento da Comunidade e suas interlocuções históricas. Já o quarto texto, produto de pesquisa bibliográfica e documental, coloca em evidência o processo que culminou na Resolução nº 510/2016 que trata da normatização da pesquisa envolvendo seres humanos nas ciências humanas e sociais.

O texto seguinte, apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida junto aos idosos acompanhados por uma Unidade Básica de Saúde apontando a importância do uso da Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa. O sexto texto, decorrente de pesquisa qualitativa acerca das violências sexuais colhidas através do Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA vinculadas aos anos de 2014 e 2015, trazendo neste contexto importantes contribuições à discussão da temática em foco.

O próximo artigo, por sua vez, discute o modo de produção capitalista, a questão social e o papel do Centros de Referência de Assistência Social – CRAS nessa conjuntura. O oitavo artigo apresenta as reflexões e discussões acerca da temática de gênero no contexto de relações de poder no meio rural e aumento do protagonismo feminino dos espaços produtivos.







O texto seguinte discute as particularidades do processo de encarceramento do gênero feminino nas unidades prisionais trazendo importantes contribuições neste contexto. O décimo texto apresenta as reflexões e discussões acerca das percepções da construção da identidade de gênero de mulheres no mercado de trabalho.

O penúltimo texto é resultado das reflexões ocorridas no Mestrado em Desenvolvimento Social e apresenta conclusões obtidas nesse período a partir de estudo de discussão da estigmatização dos espaços urbanos. E finalmente o último artigo apresenta os resultados de pesquisa sobre autogestão de recursos junto a funcionários públicos.

Neste contexto, convidamos os leitores a acessar as discussões e resultados apresentados nessa coletânea, conferindo debates contemporâneos acerca do cotidiano dos serviços e produção acadêmica nas temáticas em foco.




## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL NO CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE	
Soraya Araújo Uchôa Cavalcanti	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127101">https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127101</a>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
O SERVIÇO SOCIAL EM UMA EMERGÊNCIA PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19	
Rosana Maria de Lima	
Lani Brito Fagundes	
Xênia Maria Tamborena Barros	
Vanessa Soares Patta	
Bruna de Souza Machado	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127102">https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127102</a>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE: REFORMANDO O JECA TATU	
Tereza Cristina Pires Favaro	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127103">https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127103</a>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
ÉTICA EM PESQUISA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DA RESOLUÇÃO CNS Nº 510 DE 2016	
Cacildo Teixeira de Carvalho Neto	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127104">https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127104</a>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA PESSOA IDOSA NA ATENÇÃO BÁSICA NA CIDADE DE SÃO PAULO	
Gisela Saori Yoshimatsu	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127105">https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127105</a>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>74</b>
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO E DESIGUALDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	
Rodrigo da Silva Bezerra	
Luciane Pinho de Almeida	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127106">https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127106</a>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>89</b>
CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS - E ESTRATÉGIAS DE	

## ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL

Angélica de Santana Rocha

Marcos Esdras Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127107>

### **CAPÍTULO 8..... 105**

#### MULHERES E RURALIDADE – DA INVISIBILIDADE À AUTONOMIA E EMPODERAMENTO

Ana Paula Evangelista de Almeida

Ana Luisa Lima Grein

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127108>


### **CAPÍTULO 9..... 123**

#### MULHER, MÃE E SENTENCIADA: A REALIDADE PRISIONAL DO GÊNERO FEMININO

Maria da Luz Alves Ferreira

Fernanda Santos Aragão

Luciana Pimenta Borges Dupim


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127109>

### **CAPÍTULO 10..... 140**

#### PERCEPÇÕES DE GÊNERO: EXPERIÊNCIAS DO COTIDIANO DE MULHERES NO ESPAÇO DA CIDADE

Lucília Grandó

Carla Alessandra Barreto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44421271010>

### **CAPÍTULO 11..... 153**

#### ESTIGMA TERRITORIAL EM FOCO: NOTAS SOBRE CIDADE E DESENVOLVIMENTO

Arnaldo Oliveira Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44421271011>

### **CAPÍTULO 12..... 165**


#### AUTOGESTÃO DE RECURSOS EM MOMENTO DE ESCASSEZ: UM ESTUDO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS/DOCENTES NA UNIMONTES

Eliana Soares Barbosa Santos

Maria do Perpétuo Socorro Nassau Araújo

Mônica Nascimento e Feitosa

Lucineia Lopes Bahia Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44421271012>

### **SOBRE A ORGANIZADORA..... 179**

### **ÍNDICE REMISSIVO..... 180**

## AUTOGESTÃO DE RECURSOS EM MOMENTO DE ESCASSEZ: UM ESTUDO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS/DOCENTES NA UNIMONTES

*Data de aceite: 26/10/2021*

*Data de submissão: 06/09/2021*

### **Eliana Soares Barbosa Santos**

Mestre Em Gestão da Educação Pública/  
UFJF - Professora Titular do Departamento de  
Ciências Contábeis - Unimontes /Unimontes  
<http://lattes.cnpq.br/8358768513987958>

### **Maria do Perpétuo Socorro Nassau Araújo**

Mestrado em Desenvolvimento Social  
–Unimontes - Professora Titular do  
Departamento de Ciências Contábeis da /  
Unimontes  
<http://lattes.cnpq.br/1969682049716114>

### **Mônica Nascimento e Feitosa**

Doutorado em Desenvolvimento Social  
– Unimontes - Professora Titular do  
Departamento de Ciências Contábeis /  
Unimontes  
<http://lattes.cnpq.br/8931393039331472>

### **Lucineia Lopes Bahia Ribeiro**

Mestre em Administração - Faculdade  
Pedro Leopoldo/MG - Professora Titular na  
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG  
<http://lattes.cnpq.br/5828576241694603>

**RESUMO:** As dificuldades da gestão da atividade financeira do Estado de Minas Gerais em 2018, difundida oficialmente como consequência da escassez de recursos gerada por uma economia extremamente instável, proporcionou insegurança aos servidores públicos estaduais com destaque para o movimento de

vulnerabilidade financeira quanto ao recebimento dos rendimentos do trabalho docente de forma fracionada ou atrasada. Posto isto, ressalta-se que o conhecimento, o planejamento e o controle inseridos na autogestão dos recursos são ferramentas para dirimir as consequências em momentos de escassez. Desta forma, este estudo teve por objetivo demonstrar como essas características político-econômicas executadas pelo estado mineiro e o conhecimento do das Finanças Pessoais influenciam na gestão dos rendimentos dos docentes, vinculados ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Apresenta-se nesta pesquisa o perfil pessoal e financeiro e a relação dos sujeitos pesquisados com a autogestão de recursos pessoais em tempos de escassez, em função da política de pagamento do estado mineiro no referido período. O pressuposto foi que, quanto maior a utilização do conhecimento em Finanças Pessoais, maior será a probabilidade de inexistência de fatores de riscos na autogestão dos recursos dos servidores. Para consecução dos objetivos realizou-se pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, com análise descritiva baseada nos questionários aplicados aos sujeitos propostos, formando a amostra não-probabilística. Os resultados possibilitaram inferir que o planejamento e a autogestão dos recursos contribuem para mitigar o agravamento da realidade econômico-financeira dos docentes, buscando minimizar os fatores de risco.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autogestão. Escassez de recursos. Servidores públicos. Finanças Pessoais.

**ABSTRACT:** The difficulties in managing the financial activity of the State of Minas Gerais in 2018, officially disseminated because of the scarcity of resources generated by an extremely unstable economy, provided insecurity to state civil servants, highlighting the movement of financial vulnerability regarding the receipt of payments from the teaching work in a fractioned or delayed manner. That said, it is noteworthy that knowledge, planning, and control included in the self-management of resources are tools to settle the consequences in times of scarcity. Thus, this study aimed to demonstrate how these political-income characteristics implemented by the state of Minas Gerais, knowledge and Personal Finance influence the management of teachers, linked to the Center for Applied Social Sciences (CCSA) of the State University of Montes Claros (Unimontes). This research presents the personal and financial profile and the relationship of those surveyed with the self-management of personal resources in times of scarcity, because of the payment policy of the state of Minas Gerais in that period. The presupposition was that the greater the use of knowledge in Personal Finance, the greater the probability of inexistence of risk factors in the self-management of the employees' resources. To achieve the objectives promoted, bibliographical research and field research were carried out, with descriptive analysis based on questionnaires related to the proposed objectives, forming a non-probabilistic sample. The results made it possible to infer that planning and self-management of resources contribute to mitigating the worsening of the economic and financial reality of teachers, seeking to minimize risk factors.

**KEYWORDS:** Supervised Internship, Accounting, Practical Learning.

## INTRODUÇÃO

O cenário em 2018, no Estado de Minas Gerais, referente ao gerenciamento da sua atividade financeira provocou extrema preocupação, junto aos servidores públicos estaduais, especificamente, no que tange à efetividade dos recebimentos salariais. Isso se deu em meio a um *trade-off*: o servidor público tem garantia constitucional de estabilidade no cargo, e como consequência, segurança na percepção da remuneração mensal e dos direitos, no entanto, o momento de escassez de recursos e fracionamento salarial gerou insegurança e vulnerabilidade aos servidores públicos, em especial, aos sujeitos da amostra da pesquisa.

Forçosamente foi preciso procurar meios para arcar com compromissos financeiros, sendo que, se informar, gerir e controlar as Finanças Pessoais apresentou-se como opção para os servidores/docentes/Unimontes, no enfrentamento do momento crítico em que se encontravam as contas públicas do estado. Nesse sentido, o conhecimento e a aplicação do planejamento financeiro foram essenciais no alinhamento e controle das Finanças Pessoais.

Segundo Andrade e Lucena (2014, p. 49), “a educação financeira serve de base para uma tomada de decisão mais consciente, diminuindo a possibilidade de erros e mostrando-se uma ferramenta é capaz de diminuir interferência de fatores emocionais nas decisões”, posto isto, é presumível discorrer que, o desenvolvimento de competências e habilidades financeiras são essenciais para uma profícua e sólida gestão nas questões financeiras.

Este estudo se propôs a verificar como o conhecimento financeiro influencia na autogestão dos recursos advindos dos rendimentos salariais dos servidores públicos, da categoria docente, lotados no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Para consecução dos objetivos realizou-se uma pesquisa bibliográfica e usou-se a técnica pesquisa de campo, por meio de aplicação de questionários aos sujeitos propostos, gerando uma amostra não-probabilística, analisada de forma descritiva. Desta maneira, uma incursão sobre a literatura, notadamente a exposta por Gitman (2010), Frezatti (2000), Hoji (2014) referente ao planejamento financeiro torna-se fundamental para compreender aspectos do planejamento financeiro, da autogestão em tempos de escassez de recursos.

## **PLANEJAMENTO FINANCEIRO**

Uma das características do ser humano se baseia em alcançar objetivos e metas, que proporcionam a realização de sonhos e conquistas; para tanto, é necessário planejar e aplicar estratégias e desenvolver cultura de estudos quanto ao planejamento e execução das suas Finanças. O termo Finanças pode ser definido como: “a arte e a ciência de administrar o dinheiro” (GITMAN, 2012, p. 3). Grande parte das pessoas tanto físicas como jurídicas, ganham ou levantam, gastam ou investem dinheiro, estando as Finanças relacionadas a todo o processo, instrumentos, instituições e mercados que participam de transações com dinheiro entre pessoas, empresas e órgãos governamentais. A compreensão desse termo possibilitará a tomada de decisões financeiras mais assertivas (GITMAN, 2012).

Para a administração financeira, o planejamento é fundamental, como destaca GropPELLI e Nikbakht (2001, p. 5): “o planejamento financeiro, é uma parte crucial da administração financeira, inclui a tomada diária de decisões para auxiliar a empresa nas suas necessidades de caixa”. O planejamento sinaliza para o processo de prever as necessidades de financiamento e identificar de onde vieram os recursos para tais financiamentos e para quais finalidades, sendo a ferramenta que possibilita avaliar os padrões de financiamentos realizados e verificar se os gastos estão de acordo com as metas estabelecidas (GROPPELLI E MIKBAKHT, 2001).

O planejamento e o controle se complementam na construção de uma situação financeira favorável, sendo que,

[...] quem não planeja não pode afirmar que controla, já que não consegue indicar onde quer chegar. Assim, só se pode afirmar que uma organização controla seu resultado se esse foi planejado previamente. Por sua vez, o processo de controle é parte integrante do planejamento, já que permite aprender, incorporar conhecimentos, distinguir desempenhos e mesmo alterar proposições. (FREZATTI, 2000, p. 145).

Assim como na pessoa jurídica, quando a pessoa física não distingue a realidade de sua situação financeira, a probabilidade de instabilidade, vulnerabilidade e inadimplência,

tornam-se previsíveis na gestão dos recursos financeiros. Sem um sistema de informações ágil que produza informações confiáveis, não há como gerir situações de crise de forma satisfatória (HOJI, 2014). Um dos pontos essenciais para o planejamento financeiro e o controle das Finanças refere-se ao processo de informações.

Nesse processo de informações dos dados financeiros a serem planejados e controlados, Padòveze (2007) assevera que orçamento será a expressão quantitativa de um plano de ação que auxilia na implementação desse próprio plano. Quando não se conhece a realidade dos dados financeiros ou a possível situação financeira futura da pessoa física, pode ocorrer a inadimplência, dificultando honrar seus compromissos pela falta de um planejamento financeiro eficiente.

## **AUTOGESTÃO DE RECURSOS**

Gerenciar seus próprios recursos requer conhecimento, análise e principalmente previsão e antecipação de situações imprevistas; conhecer seus ganhos oferece informações para tomada de decisão frente às despesas e investimentos. A educação financeira possibilita as pessoas se beneficiarem da informação, do controle e da gestão das Finanças Pessoais. Por isso há preocupação em se ter mais saúde financeira, desenvolvendo instrumentos para o acesso da sociedade a esse tipo de informação (MATTA, 2007).

O tema Finanças Pessoais engloba um conjunto de informações para gerenciar as disponibilidades das pessoas em gerir o dinheiro, as aplicações e investimentos, o consumo e o crédito consciente (MATTA, 2007). No Brasil, a educação financeira das pessoas físicas vem sendo pensada e foi introduzida oficialmente em dezembro de 2010, por meio de Decreto federal 7.397, junto à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), e em seu artigo 1º esclarece como finalidade: “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, DECRETO 7.397, 2010).

O conhecimento e a utilização de ferramentas financeiras são soluções eficazes e consistentes na autogestão dos recursos financeiros. Segundo Brito *et al* (2012, p. 2) “A educação financeira possibilita entender, como fatos que ocorrem na economia interna e externa interferem no dia a dia das pessoas, e a partir deste entendimento viabiliza a tomada de decisão no que diz respeito a assuntos ligados ao consumo, poupança ou utilização de crédito pessoal”.

Desta forma, na autogestão de recursos o acesso às informações, ao controle e a gestão dessas informações associados ao conhecimento tornam-se instrumentos essenciais, fomentar um planejamento financeiro deve ser objeto de preocupação das pessoas físicas e jurídicas, sejam privadas ou públicas, mantendo o olhar para as receitas

(entradas de recursos, disponibilidades) e o olhar para despesas (saídas de recursos), investimentos e o equilíbrio dessas atividades.

## ESCASSEZ DE RECURSOS

A gestão dos recursos de pessoas físicas e jurídicas está intrinsecamente ligada ao Planejamento; nas pessoas jurídicas governamentais o planejamento é realizado através do orçamento público legal, que segundo Silva (2013) é um instrumento de planejamento e execução das Finanças Públicas, está relacionado à previsão das Receitas e fixação das Despesas públicas; vinculada ao Princípio da Legalidade, sendo criatura de lei, só pode fazer o que expressamente está determinado em lei, no caso, na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para estimar as receitas e fixar as despesas da administração pública, o art.165, § 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), exige a proposição, discussão, votação e promulgação da Lei Orçamentária Anual (LOA), que intrinsecamente é apresentada primando pelo Princípio do Equilíbrio: enfatizando que as receitas devem se igualar as despesas, como forma de manter a capacidade de execução orçamentária, evitando *déficits* desde o planejamento, ainda que, na execução o equilíbrio possa se apresentar.

Nessa parte referente ao planejamento público, aborda-se o aspecto de acompanhamento e controle orçamentário previsto para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), vinculadas às regras da Lei 4.320/1964 e da Lei Complementar n. 100/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), esta última pressupõe ação planejada e transparente, em que sejam prevenidos riscos e corrigidos desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas (SILVA, 2013, p.13).

Na formulação do orçamento público, direcionado a atividade fiscal do Estado a previsão de receitas e despesas é tarefa inarredável do executivo que deve identificar a direção da gestão dos recursos, fazendo a correta verificação das projeções, definindo as prioridades, emitindo relatórios gerenciais durante o período de execução dos orçamentos. A lógica da LOA é prever Receitas Correntes e Receitas de Capital e fixar as verbas das Despesas Correntes e Despesas de Capital.

Na LOA, as Despesas Correntes com “Pessoal e encargos” são direcionadas à manutenção e funcionamento dos serviços públicos; destacam-se visto a característica de continuidade dos mesmos; o cumprimento do pagamento da remuneração deste servidor caracteriza direito adquirido, direito à sobrevivência, diante das garantias individuais constitucionais, expressamente previstas na CRFB/88:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; (BRASIL, CRFB, 1988).

No entanto, mesmo em meio a todos os regramentos legais para o planejamento adequado dos orçamentos, é a fase da execução com a efetiva arrecadação das receitas e o empenhamento das despesas que exige o olhar gerencial, a administração pública depende do direcionamento das decisões dos gestores, bem como depende da captação dos recursos de receitas planejados.

No contexto do Estado de Minas Gerais, ocorreram durante várias gestões o descontrole relativo a esse equilíbrio orçamentário e financeiro, levando à escassez de recursos, ou em outros momentos direcionamentos diversos dos recursos que tem gerado aos docentes, que são servidores públicos estaduais na Unimontes, uma incerteza e instabilidade quanto ao recebimento salarial.

O governo do Estado mineiro desde 2016, praticou a política de parcelamentos dos salários do funcionalismo público em escalas, que *a priori* deveria ser uma prática ilegítima, uma vez que, se trata de proventos do trabalhador que garantem a subsistência. Ademais, até o parcelamento comprometido divulgado em escalas o governo não manteve a regularidade. A insegurança no recebimento dos salários foi prática quase rotineira; essa forma de pagamento parcelado influenciou diretamente na forma de autogestão dos recursos dos servidores públicos/docentes da Unimontes.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

Para consecução dos objetivos propostos realizou-se pesquisa bibliográfica e de campo, por meio da aplicação de questionários em meio eletrônico aos sujeitos propostos, com natureza descritiva, que segundo Gil (2007) demonstra a percepção e característica da população estudada.

A pesquisa possui características de amostra não probabilística do tipo intencional, que segundo Mattar (2006, p. 138) podem ocorrer ao “ser escolhidos os casos a serem incluídos e, assim, chegar a amostras que sejam satisfatórias para necessidades da pesquisa”.

A população desta pesquisa foi formada pelos servidores públicos/docentes do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), conforme dados coletados a partir da lista geral de contatos, obtida junto à Diretoria do CCSA. Nesta lista geral constavam 172 endereços eletrônicos, para os



quais foram enviados mensagens e *links* dos questionários disponibilizados por meio do *Google Forms*; desta lista geral, 27 e-mails retornaram como não entregues por endereço errado; estes foram desconsiderados da lista geral, e ao final alcançou-se o percentual de 52,4% dos questionários respondidos, ressaltando que, além dos *e-mails*, a solicitação de resposta ao questionário foi reforçada via contato telefônico e por aplicativo de conversa (*WhatsApp*) mediante abordagens diretas. Os dados foram tabulados com a utilização do *Software Excel*, com o qual também foram elaborados os gráficos para apresentação dos resultados.

A pesquisa buscou identificar aspectos determinantes da autogestão de recursos no momento financeiro em que se encontrava o Estado de Minas Gerais, cuja escassez de recursos levou ao parcelamento e adiamento dos salários dos servidores públicos/docentes.

## ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos resultados da pesquisa está disposta sequencialmente, informando perfil pessoal, perfil financeiro, a relação do sujeito de pesquisa com a autogestão de recursos.

Conforme Gráfico 1, os respondentes pertencem, em sua maioria, ao sexo feminino (55,4%), faixa etária acima dos 40 anos (75,4%), 15% são designados por contrato e 85% servidores efetivos (22% em estágio probatório e os demais com mais de 14 anos no estado).

No Gráfico 2, registra-se o rendimento mensal dos servidores, observa-se que 31,6% dos sujeitos da pesquisa recebem renda até 09 salários mínimos, entre 10 e 11 salários mínimos são 23,7%, temos que, 40,8% recebem mais de 11 salários mínimos e apenas 3,9% dos sujeitos da pesquisa recebem até 03 (três) salários mínimos.

Esses dados revelaram que, à docência do ensino superior da Unimontes apresenta-se em patamar estável, o que proporcionam rendimentos acima da média salarial nacional, que conforme dados do IBGE<sup>1</sup> corresponde a 2,2 salários mínimos em 2018.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na Revista Época Negócios (2018). Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/01/renda-media-do-trabalhador-brasileiro-sobe-para-r-21-mil-diz-ibge.html>>. Acesso em: Julho/2018.

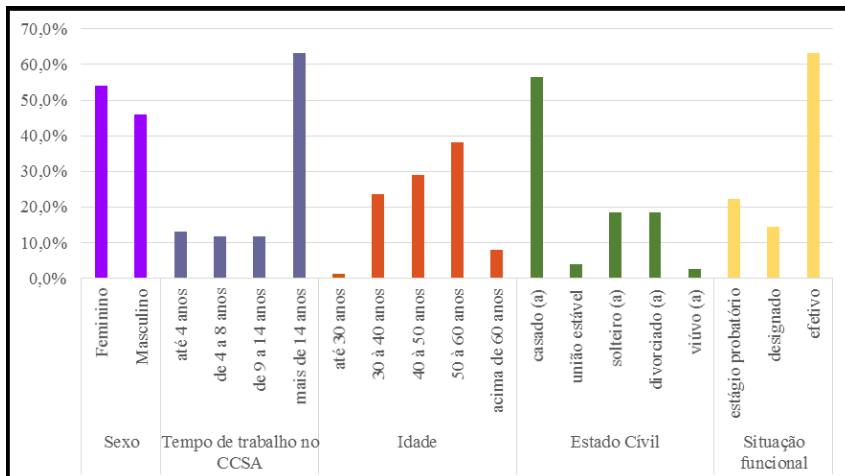


Gráfico 1 - Perfil Pessoal.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

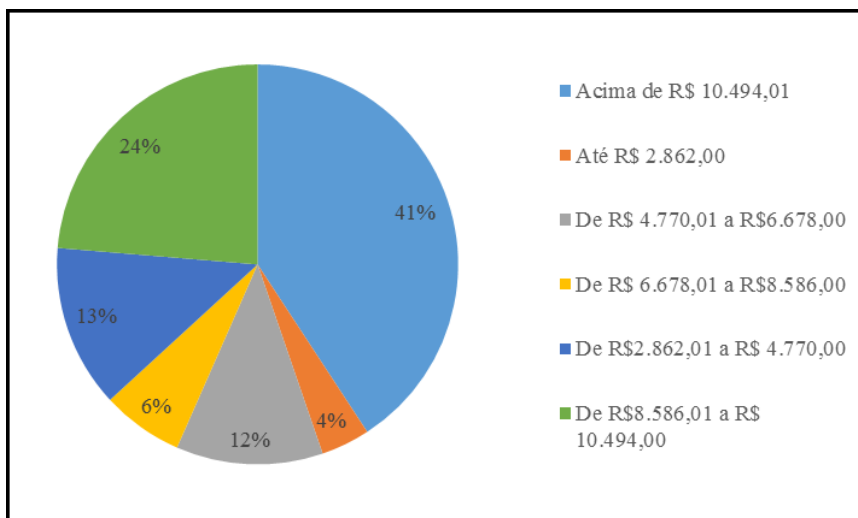


Gráfico 2 – Perfil Financeiro/Rendimento Mensal.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Constatou-se no Gráfico 3, que 53,9% dos sujeitos da pesquisa possuíam outra fonte de renda, além da docência/Unimontes, sendo que, 67,1% têm a remuneração como servidor público/docente como a maior fonte de renda, o que expressa dado significativo; exigindo maior autogestão e planejamento financeiro face a atual política de pagamento fracionado ao funcionalismo realizada pelo estado mineiro.

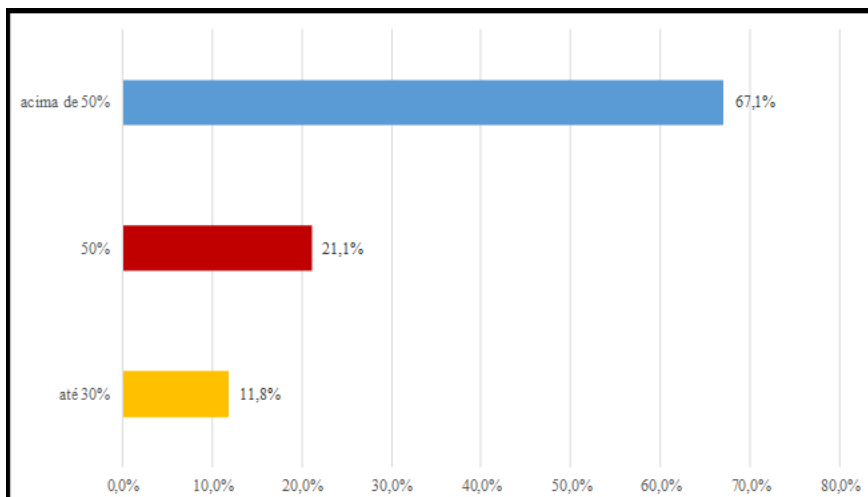


Gráfico 3 – Perfil Financeiro/Representação da remuneração do Estado na renda.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quanto ao número de dependentes, o Gráfico 4 registra que, mais de 44% dos sujeitos de pesquisa tinham sob sua dependência acima de 03 (três) pessoas, esse dado corrobora com a hipótese da necessidade de planejar as Finanças de forma criteriosa, principalmente por ter que projetar os gastos e dispêndios de dependentes.

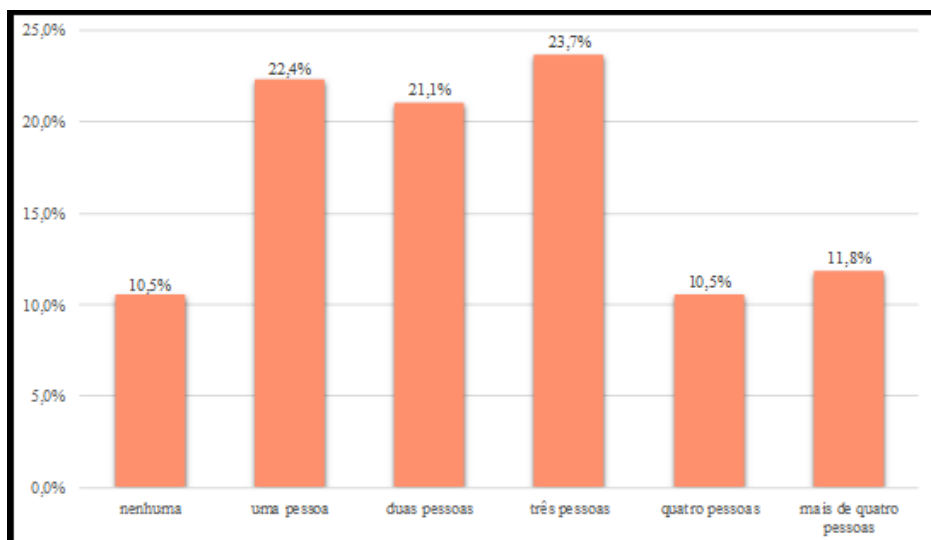


Gráfico 4 - Perfil Financeiro/Dependentes da Renda.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A obtenção de informações das Finanças Pessoais, sua organização e controle são

passos para tomadas de decisões das despesas e investimentos. A utilização de uma ferramenta de controle orçamentário-financeiro foi apontada por 54% dos respondentes, no entanto, 46% ainda não a utilizam ou usavam esporadicamente. Sendo que, dos que utilizavam uma ferramenta, mais de 40% não acompanhavam e nem tinham o controle efetivo do mesmo. O ato de formalizar o planejamento das fontes de receitas e despesas é importante, no entanto, controlar a efetiva entrada de recursos de receitas e efetiva saída de desembolsos para despesas é central na realização do controle financeiro para a autogestão dos recursos.

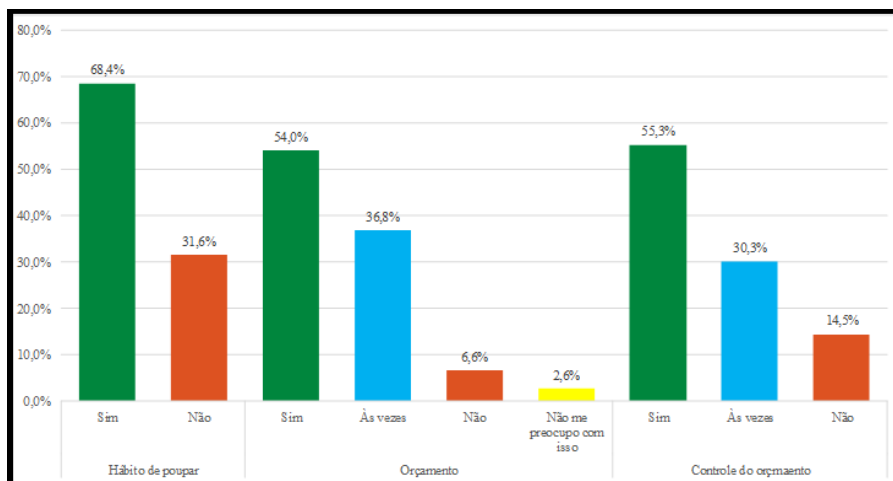


Gráfico 5 - Autogestão dos Recursos/Controle do Orçamento.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observou-se ainda, no Gráfico 5, que 68,4% dos respondentes assinalaram que tem o hábito de poupar, esse dado nos leva a inferir que o fato de que, executam um certo controle de suas Finanças, ao conseguir efetuar investimentos/poupança com os rendimentos salariais.

Quanto ao gerenciamento financeiro pessoal, no Gráfico 6 está disposto que, mais de 60% dos respondentes entendem que estão preparados para gerir suas Finanças, os outros 35,6% consideram que a educação financeira é relevante, ainda que não exerçam sua prática ou planejamento de forma adequada. Ademais, 6,6% sentem a necessidade de melhor conhecimento a respeito do assunto; determinando que na autogestão de recursos o gerenciamento é essencial em todos os momentos, mais ainda, na escassez de recursos.

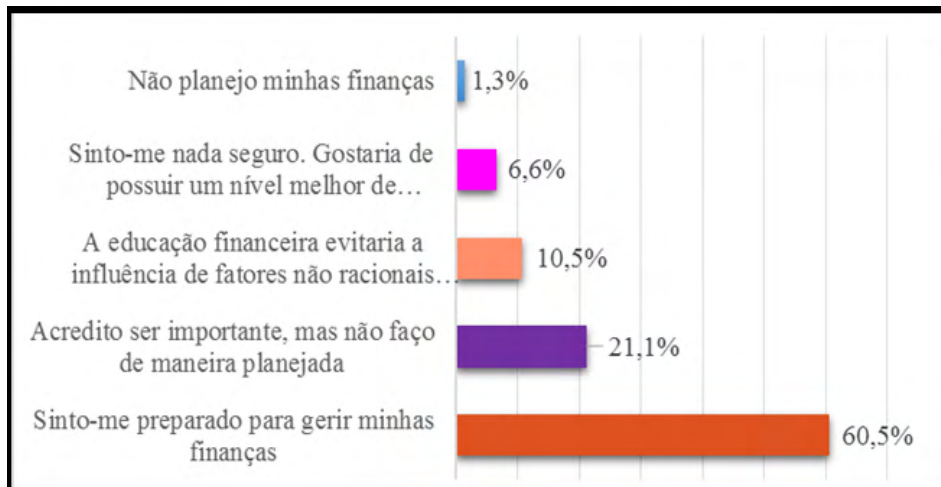


Gráfico 6 - Autogestão dos Recursos/Gerenciamento das Finanças Pessoal.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Para hipotetizar resultados de autogestão em situação fática, os servidores/docentes foram questionados, se houvesse suspensão total de recebimento salarial, como estariam em relação às suas finanças: 60,5% responderam que conseguiriam se manter sem contrair empréstimo entre 04 a 12 meses; os outros 39,5% conseguiriam manter suas despesas/custos de 01 a 03 meses sem necessidade de financiamentos.

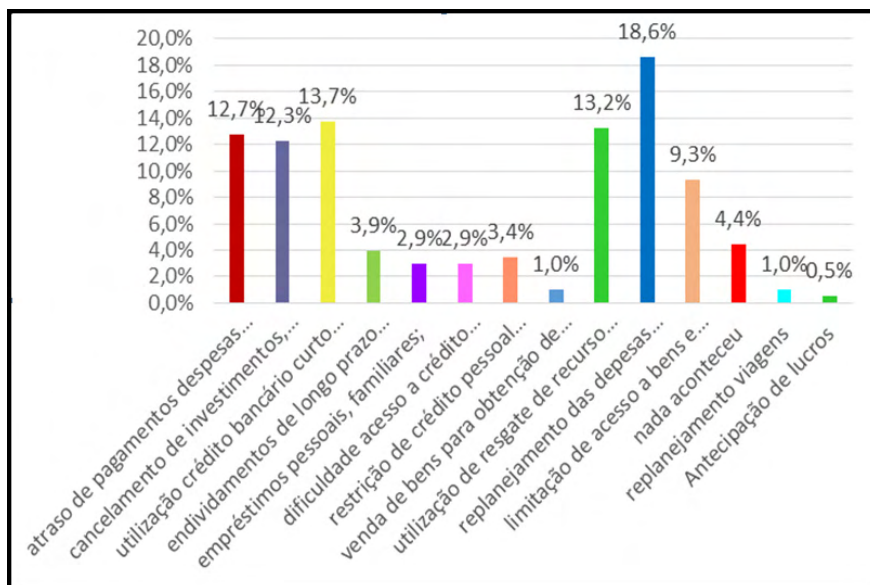


Gráfico 7 - Autogestão dos Recursos/Efeitos da situação fática/servidores/docentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No Gráfico 7 demonstra-se os efeitos causados na autogestão dos recursos financeiros, devido às oscilações na política de pagamento fracionado realizado pelo governo do estado mineiro, as respostas registraram as seguintes situações: a) 18,6% dos respondentes replanejaram suas despesas e 1% vendeu seus bens; b) 21,6% é o somatório do cancelamento de investimentos (12,3%) e limitação do acesso à aquisição de bens e direitos (9,3%); c) 12,7% estavam com atraso no pagamento de despesas rotineiras, vale ressaltar que esse número não é maior em função de 13,2% apontarem como alternativa realizada o resgate de recursos (investimentos e poupança) e 20,5% recorreram a variadas formas de empréstimos comprometendo renda futura (crédito bancário de curto prazo, endividamentos de longo prazo, empréstimos pessoais e com familiares); d) 6,3% dos respondentes se encontravam com dificuldades de acesso ou restrição ao crédito; e) como forma de mitigar os riscos financeiros e complementar seus rendimentos cerca de 7% dos respondentes, buscaram novas fontes de rendimentos.

Esse foi o quadro informado pelos respondentes acerca de como ocorreu a autogestão de recursos dos servidores públicos/docentes em tempos de escassez no estado mineiro no período de estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de relação de trabalho, a categoria profissional do servidor público tem regime estatutário no Brasil, sendo cargo procurado com frequência via concursos competitivos, que exige, para a obtenção da aprovação; a dedicação e comprometimento nos estudos e para o exercício cotidiano; o cumprimento de deveres e obrigações no atendimento à coletividade; em contrapartida recebem benefícios que vem agregados aos cargos públicos, como a segurança da estabilidade e do recebimento dos salários e direitos.

No entanto, a situação que se apresentou em 2018 foi que, a gestão da atividade financeira praticada pelo Governo do Estado de Minas Gerais estava em desequilíbrio orçamentário-financeiro o que suscitou desconforto e insegurança aos servidores públicos/docentes, com parcelamentos de salários e atrasos constantes nas parcelas anunciadas, tendo como justificativa a escassez de recursos do Estado. Escassez que se reveste até mesmo na forma de definir as categorias prioritárias de recebimento salarial no momento de efetivar as Despesas Correntes/Pessoal e Encargos.

Este estudo buscou identificar essa situação fática em momento de incerteza e vulnerabilidade no orçamento e nas finanças do estado mineiro e demonstrar o perfil pessoal e financeiro e a prática da autogestão de recursos junto aos servidores públicos/docentes vinculados ao CCSA/Unimontes.

Após as análises dos dados constatou-se que, o conhecimento e aplicação das Finanças Pessoais, desde o planejamento e controle são fundamentais para o gerenciamento dos recursos salariais recebidos de forma escalonada.

Os respondentes demonstraram estar em fase de adaptação, reavaliação das despesas e investimentos, reduzindo ou mesmo restringindo o consumo de bens e serviços, ressalta-se ainda, que alguns já se encontravam endividados e sem crédito no mercado financeiro; todo esse contexto demonstrou que, a autogestão de recursos e oportunidade de conhecer e realizar formas de Finanças Pessoais é fundamental para período de escassez de recursos.

O estudo pretendeu contribuir para que a discussão sobre as dificuldades financeiras dos servidores públicos do CCSA/Unimontes tomasse forma e consistência, e que os mesmos buscassem no planejamento, controle, monitoramento e autogestão de recursos, maneiras de reduzir os efeitos no momento de gestões públicas que causem desordenamentos aos servidores estaduais.

Para estudos futuros, sugere-se investigar a identificação dos impactos sociais que essa situação fática pode provocar nos servidores/docentes, considerando a extenuação que pode ocorrer caso a situação seja mantida por vários exercícios.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Jefferson Pereira e LUCENA, Wenner Gláucio Lopes. **A Influência da Educação Financeira e os Fatores Emocionais: Um Estudo com Alunos de Contabilidade e Engenharia**. 5º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. UFSC, Santa Catarina. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/1029>>. Acesso em: Julho/2018
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitui](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui)>. Acesso em: Julho/2018.
- BRASIL. Decreto n. 7.397, de 22/12/2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasília, DF, Dez/2010.
- BRITO, L. da Silva; BAPTISTA, J. Abel; SILVA, R. da; BRAZ, Sandro; HENRIQUE, M. Rabelo. **A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários**. IX SGeT. 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/49616595.pdf>>. Acesso em: Julho/2018.
- FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. Porto Alegre: Editora Pearson, 2010.
- GROPPELLI, A.A; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira**. Tradução André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**. 11. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

MATTA, R. O. Beton. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal**: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. Dissertação (Mestrado Ciência da Informação). Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <[http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1196](http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1196)>. Acesso em: Julho/2018.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de Marketing**. 2. ed. Editora Atlas, 2006.

MINAS GERAIS. TJMG. **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**. Disponível em: Repositório de Sentenças. Acesso em: Julho/2018.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria Estratégica e Operacional**: Conceitos, Estrutura e Aplicação.. 2 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2013.



## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI** - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde na modalidade de extensão universitária, desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS nas seguintes temáticas. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Pandemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

América Latina 5, 13, 16, 24, 25, 94, 95, 119, 120  
Assistente social 17, 22, 23, 26, 55, 67, 94, 102, 104, 146  
Autogestão 165, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177  
Avaliação multidimensional da pessoa idosa 45, 46, 47, 71

### B

Bioética 34, 179

### C

Centros de Referência da Assistência Social - CRAS 90, 99  
Ciências humanas e sociais 34, 35, 36, 37, 44  
Conselho Nacional de Saúde - CNS 17, 20, 34, 36, 44  
Contrarreforma do Estado 1, 2, 6, 9, 11, 12, 13  
Convivência familiar e comunitária 76, 84  
Coronavirus 20  
Covid-19 14, 15, 17, 21  
Crimes femininos 125

### D

Desenvolvimento da comunidade 22, 29, 30, 31  
Dominação 23, 86, 106, 107, 108, 116, 119, 128, 138, 141, 143, 152

### E

Emergência 6, 14, 16, 17, 18, 19, 115  
Empoderamento 102, 105, 107, 110, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122  
Envelhecimento 16, 45, 46, 48, 70, 71, 72, 73  
Espaço urbano 99, 103, 154, 156, 157, 163  
Estado democrático de direito 124  
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA 76, 80, 85, 87, 88, 97  
Estigma 85, 153, 154, 155, 157, 161, 162, 163  
Estigmatização territorial 154, 164  
Expansão industrial 23

## F

Família 17, 18, 26, 30, 70, 76, 77, 79, 82, 85, 86, 97, 103, 106, 107, 108, 109, 115, 130, 133, 137, 140, 142, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 155, 156

Finanças pessoais 165, 166, 168, 173, 176, 177

Fracionamento salarial 166

Fragmentação do espaço urbano 103, 156, 163

## G

Gênero 74, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 94, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

## I

Identidade feminina 140, 143

Idoso 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 67, 70, 71, 72, 73

## L

Lei Orgânica da Saúde 16

## M

Modo de produção capitalista 2, 90, 91

Movimento feminista 126, 127, 141, 143

Mulher criminosa 124, 126, 130, 139

Mundialização do capital 2

## O

Organização Mundial de Saúde - OMS 88

## P

Planejamento 2, 15, 21, 26, 32, 135, 149, 151, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 176, 177

Política de saúde 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 73, 135, 179

Políticas sociais no Brasil 1, 2, 6, 11, 179

Proletariado urbano 23

Proteção integral 75, 76

## Q

Questão social 2, 3, 5, 6, 13, 22, 23, 25, 27, 29, 31, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 104

## **R**

Rede de atenção à saúde 16

Reestruturação do Estado 2

Relações de poder 36, 106, 107, 110, 116, 127, 128, 163

Representatividade feminina 143

## **S**

Secretaria Municipal de Saúde 48, 50

Serviço social 1, 2, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 89, 90, 93, 94, 95, 101, 102, 103, 104, 179

Serviço social brasileiro 12, 13, 22, 25, 31

Servidores públicos 165, 166, 167, 170, 171, 176, 177

Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA 79, 83, 88

Sistema Único de Saúde - SUS 1, 7, 8, 13, 16, 20, 72, 134, 135, 179

## **U**

Unidade de referência à saúde do idoso 45, 48, 50, 73


# SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,  
produção do conhecimento e  
cotidiano dos serviços

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 




 **Atena**  
Editora

Ano 2021

# SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,  
produção do conhecimento e  
cotidiano dos serviços

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 